



A face não-sociológica de um fundador da Sociologia: Os limites da análise simmeliana sobre a mulher

João Queiroz¹

RESUMO

A partir de uma revisão bibliográfica, este trabalho se propõe a ilustrar algumas contribuições e limitações da obra de Georg Simmel em vista de contribuir para o debate acerca da possibilidade – ou necessidade – de se repensar os clássicos sociológicos. Sendo assim, este trabalho ocupar-se-á de dois momentos: primeiro, de uma explanação sintética da teoria da cultura simmeliana, e, em seguida, da sua concepção acerca da natureza dos sexos feminino e masculino, evidenciando-se sua inconsistência sociológica e suas incoerências internas com a própria teoria da cultura supracitada.

Palavras-Chave: Georg Simmel; teoria social; relações de gênero.

Recebido em 27/05/2020
Aceito para publicação em 24/11/2021

Introdução

Este artigo se propõe a ilustrar algumas das grandes contribuições e limitações da obra de Georg Simmel, enquanto um dos canonizados na Sociologia, em vista de contribuir para o debate acerca da possibilidade – ou necessidade – de se repensar os clássicos sociológicos. Tal esforço não configura, em definitivo, uma tentativa de minimizar a relevância das contribuições simmelianas para as ciências sociais. Ao contrário, pretende-se apenas elucidar o fato de que também os clássicos carregam falhas em suas cosmovisões, o que poderia atestar em favor de uma abertura canônica a outros autores e autoras de magnitudes decerto igualmente fundamentais para a

¹ Bacharel em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: queirozjvp@hotmail.com

Sociologia, mas que são pouco percebidos por não gozarem da mesma área imaculada.

Sendo assim, este trabalho ocupar-se-á de dois momentos, sendo o primeiro uma explanação do pensamento que fez de Simmel um clássico da Sociologia, isto é, uma síntese de sua principal contribuição para as ciências sociais: sua consistente teoria da cultura. Em seguida, debruçar-se-á sobre a sua concepção acerca das relações e das naturezas dos sexos feminino e masculino – com um enfoque especial na questão da mulher – em vista de apontar não apenas as incoerências internas com a sua teoria da cultura, mas também a sua inconsistência sociológica.

O que faz de Simmel, Simmel?

Considerado um dos fundadores da Sociologia, Georg Simmel, certamente, é um nome bastante conhecido na academia, sobretudo dentre aqueles que se debruçam acerca das transformações sociais próprias do mundo moderno. Apesar de ter se dedicado ao estudo dos mais diversos objetos da vida social, Simmel preocupou-se centralmente com o processo de dessubjetificação do indivíduo na modernidade. Dito de outra forma, pode-se dizer que o interesse central de Simmel em suas obras eram *as complexidades e variações do relacionamento entre a vida humana e as formas nas quais ela é estruturada* (OAKES, 1984, p. 4, tradução nossa), analisando, assim, as suas consequências para a vida social.

Sendo, segundo Oakes, um *estilista deslumbrante e um brilhante escritor original* (OAKES, 1984, p. 55, tradução nossa), Simmel trabalha seus temas de forma diferente em relação aos outros três principais fundadores da Sociologia, isto é, Durkheim, Marx e Weber. Em comparação com estes, Simmel é menos lembrado por suas contribuições metodológicas – encontradas sobretudo em seus diversos escritos sobre o feitiço metodológico da “sociologia formal”. Sua análise sociológica, dada principalmente por meio de ensaios, é marcada por ambivalências, provocações e imagens alegóricas para ilustrar seu pensamento.

Mais do que entender, porém, as características de sua escrita, seu estilo ou suas influências contemporâneas, faz-se necessário analisar a sua obra em si para que se tenha um entendimento mais aprofundado acerca de sua concepção de modernidade e sociologia. Para tanto, é mister analisar os ensaios nos quais

Simmel desenvolve a sua teoria da cultura, visto que são de enorme relevância, talvez, inclusive, suas contribuições mais importantes para a Sociologia.

Na base de sua análise, o conceito de cultura pode ser entendido como tudo aquilo que o ser humano cultiva, altera, cria ou transforma. Essa definição, porém, não esgota a noção de cultura, uma vez que se pode classificá-la em dois diferentes tipos: a cultura objetiva e a subjetiva. Para Simmel, de acordo com Oakes (1984, p. 9), essas duas dimensões da cultura se retroalimentam. Toda matéria trabalhada, todo objeto criado ou transformado de forma consciente e inteligente, é feito a partir de valores e ideias interiores ao indivíduo que são manifestadas exteriormente, na concretude das coisas – seja no sentido literal, como a produção de um objeto, seja no sentido figurado, como o estabelecimento de uma instituição, isto é, de algo que não se toca ou vê, mas tem sua concretude a partir dos efeitos tácitos sentidos na subjetividade do indivíduo. Por outro lado, esses mesmos valores, ideias, cosmovisões etc. são formados a partir das estruturas objetivas da vida social, que introjetam sentido na subjetividade do indivíduo.

Dito de outra forma, a cultura subjetiva é o arcabouço pessoal com o qual o indivíduo pensa a si mesmo e o mundo ao seu redor e, assim, forma ou produz cultura objetiva. Esta, porém, não é apenas formada pela subjetiva, mas também a forma. Theresa Wobbe, tratando sobre a teoria da cultura em Simmel, chega a afirmar inclusive que *a cultura subjetiva denota a medida e a intensidade da participação do indivíduo na cultura* (WOBBE, 2004, p. 64, tradução nossa), ou seja, fica clara a relação de mutualidade entre esses dois elementos.

A partir dessa ideia, Simmel (2005) explica não apenas a formação da subjetividade do indivíduo, mas, visto que este é um ser social, também a própria origem das sociedades. Para ele, *o estilo de vida de uma comunidade depende da relação da cultura tornada objetiva com a cultura dos sujeitos* (SIMMEL, 2005, p. 51). Por outro lado, é a exteriorização da bagagem subjetiva – ou, em seus termos, *a objetificação do espírito* (SIMMEL, 2005, p. 50) – do indivíduo que o torna ser humano, isto é, que o diferencia dos animais ou de outros seres animados. Demonstrando a reciprocidade dessas relações entre os dois tipos de cultura trabalhados por Simmel, explicitados acima, Oakes sintetiza: *A experiência humana é expressada em formas que geram novos interesses e valores existenciais. Essas qualidades de vida, por sua vez, criam novas formas, que novamente transformam as propriedades da vida* (OAKES, 1984, p. 44-45, tradução nossa). Fica claro, assim, que a relação entre cultura subjetiva e

objetiva não é algo pontual nem tampouco isolado. Ao contrário, é constante e múltipla, como um circuito de mútua influência entre as duas esferas.

Não se pode, porém, entender a relação entre essas duas dimensões de forma horizontal, isto é, como duas forças que se influenciam em igual intensidade. Ainda que esse possa vir a ser o caso, o hiato existente entre esses dois conceitos da análise simmeliana da cultura varia de acordo com o cenário social em questão. Uma vez que a cultura objetiva não é sempre totalmente recriada, mas reproduzida ao longo do tempo pelos diversos membros que compõem a sociedade, ela se torna, dentre outras coisas, cada vez mais complexa e abrangente. Dessa forma, a totalidade de conteúdos da cultura objetiva interiorizados pelos indivíduos está diretamente ligada ao grau de complexidade do contexto histórico-social no qual estão inseridos. Isto é, quanto menos complexa e diferenciada é a sociedade, mais seus membros conseguem apreender subjetivamente todos os elementos objetivos que a compõe e forma.

A partir do que fora supracitado, percebe-se com facilidade o hiato que a modernidade coloca entre esses dois elementos da vida social trabalhados por Simmel. Como se verá abaixo, é próprio da modernidade acelerar, por vezes de forma implacável, os processos de diferenciação social e, com isso, de criação de cultura objetiva. Essa aceleração, porém, não pode ser acompanhada em mesma medida pelas transformações vivenciada pela cultura subjetiva, e tal realidade nada mais é do que o resultado de sua própria natureza. Uma vez que se tem em mente que a cultura subjetiva depende e se restringe a cada indivíduo, fica evidente sua limitação em comparação com a cultura objetiva, cujo responsável pela manutenção de seus conteúdos é a própria sociedade. Nas palavras do próprio Simmel, *o acervo da cultura objetiva é aumentado diariamente e de todos os lados enquanto o espírito individual somente pode estender as formas e conteúdos de sua constituição em uma aceleração contida* (SIMMEL, 2005, p. 45).

Não é, porém, apenas no ritmo das transformações que se encontram as causas desse hiato entre as duas esferas aqui trabalhadas. Os indivíduos carregam também limites referentes ao acúmulo de objetos que são capazes de dar conta subjetivamente, em oposição à sociedade que, composta por incontáveis membros diferentes, suporta de forma ilimitada as mais complexas e múltiplas bagagens culturais, formando, assim, o estilo de vida de um povo - que, no caso da modernidade, é altamente especializado e diferenciado. Tanto esse processo como suas causas formam a preocupação central de Simmel em sua teoria da cultura. De forma sintética, Oakes define esse hiato entre cultura

objetiva e subjetiva da seguinte forma: *Conforme a cultura das coisas se torna mais extensiva, complexa e sofisticada, os indivíduos não são mais capazes de consolidar esse estado de cultura objetiva em um correspondente estado avançado de cultura subjetiva* (OAKES, 1984, p. 10, tradução nossa) ou, de forma simples e direta, a cultura subjetiva não consegue acompanhar os desdobramentos vivenciados pela cultura objetiva na modernidade. A consequência disso, evidentemente, é o processo de *objetificação do sujeito, ou melhor, a dessubjetificação do indivíduo* (SIMMEL apud OAKES, 1984, p. 3, tradução nossa). Esse processo é, de acordo com Oakes (1984), realizado a partir de dois outros, sendo o primeiro deles a reificação das formas culturais.

Para Guy Oakes (1984), mais do que apenas um processo, esse elemento próprio das sociedades modernas é, também, um *estado de desenvolvimento cultural* (OAKES, 1984, p. 12, tradução nossa). Existe, portanto, um processo de objetificação da vida social que origina uma sociedade objetificada ou dessubjetificada. Para tanto, isto é, para que haja esse processo de reificação das formas culturais, alguns elementos precisam estar presentes na vida social, segundo Oakes (1984). De forma simples, as condições ou etapas colocadas por ele podem ser resumidas assim: algum componente cultural objetificado – como, por exemplo, a religião ou a ciência - torna-se autônomo em seu próprio desenvolvimento e manutenção, distanciando-se gradualmente dos sentidos, intenções e energias que o originaram e, com isso, fogem do controle ou do domínio do indivíduo. Este, portanto, já não é mais capaz de apreender tal componente. Ao contrário, a forma cultural em questão o ultrapassa e dá origem a uma realidade na qual ela é percebida como absoluta e anterior ao ser humano, que a entende de forma alheia e passiva.

Descrita aqui de forma teórica e ideal, esse processo se concretiza na medida em que a realidade em questão coloca tais condições ou, nas palavras do próprio Oakes: *quando essas condições são satisfeitas, pode-se dizer que a reificação ocorreu nos domínios da forma cultural em questão. Esse processo é mais ou menos avançado a depender dos limites nos quais essas condições são satisfeitas* (OAKES, 1984, p. 12, tradução nossa). Ou seja, quanto mais se observam essas condições ou contexto, mais ocorre esse processo de reificação da cultura. E mais: quanto mais formas culturais são reificadas, mais a sociedade como um todo sofre esse processo de objetificação, isto é, mais a cultura é reificada.

Além da reificação, a objetificação da cultura traz consigo também a instrumentalização da mesma, através da qual, dito de forma simples, os meios

e os fins trocam de lugar. Em vista de uma compreensão mais clara acerca da noção de instrumentalização aqui trabalhada, é oportuno o auxílio de um exemplo ilustrativo: a liturgia é criada – objetificada – para expressar crenças, noções e significados próprios do arcabouço teológico – presentes na subjetividade dos indivíduos que a elabora – compartilhado pelos fiéis da religião em questão. A instrumentalização, por sua vez, coloca o seguimento estrito das mínimas normas litúrgicas como o fim em si, como o propósito último do rito religioso, desligando-se ou, pelo menos, relativizando-se, assim, o sentido que as originaram, isto é, os valores autênticos para os quais foram criadas para expressar.

Nas palavras de Oakes, a instrumentalização acontece quando os instrumentos da cultura *aparentemente adquirem o status e a dignidade de valores últimos e de propósitos finais, ao mesmo tempo em que os valores culturais autênticos são degradados à qualidade de meras técnicas* (OAKES, 1984, p. 19, tradução nossa). Mais uma vez: os instrumentos são vistos como a finalidade enquanto o que fora a finalidade, como mero dispositivo ou ferramenta.

Para Guy Oakes (1984), portanto, a objetificação da cultura tratada por Simmel é a soma desses dois elementos supracitados: reificação e instrumentalização. É ela, inclusive, a responsável pelo que Simmel diagnostica como o mal-estar próprio da modernidade. O indivíduo moderno se vê, portanto, desintegrado e em crise, incapaz de se encontrar valores autênticos que verdadeiramente lhe garantam um conforto subjetivo. Oakes sintetiza essa realidade da seguinte forma:

parece não haver nenhum valor cultural preferível a nenhum outro. A crença de que não há diferenças qualitativas entre os valores culturais resulta em um relativismo que leva ao niilismo: a suspeita de que se todo valor cultural tem o mesmo status puramente instrumental, então não existem valores culturais autênticos (OAKES, 1984, p. 16, tradução nossa).

Existe, portanto, um mal-estar instaurado. *Coisas e homens estão separados* (SIMMEL, 2005, p. 61). O dado como certo parece, então, escapar de vez da vida social, sobrando, assim, a fragilidade da dúvida, a certeza de que não se pode ter certeza. Perde-se, também, a ligação entre produtor e produto, e até mesmo entre consumidor e bem consumido. No contexto posto, o ser humano está, de fato, alienado de seu próprio mundo.

Como já fora dito acima de forma breve, esses processos caracterizam a modernidade. Nela, através da divisão do trabalho, da especialização e, sobretudo, da monetização, a objetificação da cultura é potencializada de forma supostamente infinita. Defendendo essa realidade, Simmel afirma que *a divisão do trabalho e a especialização - tanto no sentido pessoal como no objetivo – sustentam o grande processo de objetificação da cultura mais moderna* (SIMMEL, 2005, p. 65). Isso porque a divisão do trabalho é justamente a responsável pelo processo de distanciamento entre o produtor e o produto de seu trabalho – ou, alargando-se a noção: entre o indivíduo e a cultura objetiva. No mundo pré-moderno, ou em contextos de trabalho não atingidos pelos processos da modernidade, *onde o trabalhador produz com material próprio, seu trabalho permanece no âmbito de sua personalidade, e somente a obra concluída desvincula-se dele por ocasião de sua venda* (SIMMEL, 2005, p. 54).

A divisão do trabalho não é, porém, apenas a causa ou a provocadora do processo de separação entre a cultura objetiva e a subjetiva presentes na modernidade, mas é também consequência dela. A objetificação da cultura e a divisão do trabalho são dois elementos que se influenciam mutuamente. Quanto maior é a objetificação da cultura, maior a diferenciação social, e quanto maior é essa diferenciação, mais a cultura é objetificada. Sendo assim, a sociedade moderna, tendo atingido um alto grau de especialização e divisão do trabalho, se vê marcada por uma aceleração cada vez maior de suas dinâmicas objetificadoras. Ou seja, consequência do hiato entre cultura objetiva e subjetiva, *a divisão do trabalho também aumenta essa distância, que se expande e intensifica a divisão do trabalho* (OAKES, 1984, p. 19).

Vale destacar que os processos supracitados não são característicos da modernidade por capricho metafísico. Ao contrário, Simmel defende em sua *Filosofia do Dinheiro* que a divisão do trabalho é fruto da economia monetária. Isso pode ser percebido de forma mais clara quando se percebe que, para ele, *o dinheiro é tanto símbolo como causa da postura indiferente e da exteriorização de tudo aquilo que se deixa tornar indiferente e exteriorizar* (SIMMEL, 2005, p. 75).

Ainda que seja importante compreender de que forma o dinheiro opera no sentido de transformar singularidades – qualidades – em coisas gerais – quantidades –, assim como a importância dessa transformação para os processos de reificação e instrumentalização, este trabalho não se propõe a debruçar-se profundamente acerca da filosofia do dinheiro. Dessa forma, cabe, aqui, apenas destacar que os motivos e as explicações encontradas por Simmel para tratar

sobre a modernidade, suas dinâmicas e a vida social nela existente, são de natureza claramente sociológica. É em transformações histórico-sociais que ele se apoia para entender e explicar seu objeto de estudo. O ser humano não é, por exemplo, homogeneizado pela modernidade porque esta é um ser a-histórico que carrega em si propriedades apriorísticas e transcendentais. A modernidade, ao contrário, é um produto das dinâmicas sociais vivenciadas ao longo de vários séculos. E, assim como ela, seus processos específicos.

O problema tratado neste trabalho, portanto, está na limitação da cientificidade ou do próprio alcance da sociologia de Simmel em outros âmbitos da realidade. De forma mais específica: a sua incapacidade de tratar sobre o problema da mulher de forma igualmente sociológica. Para Simmel, como será tratado abaixo, a cultura, a modernidade e até mesmo o processo de reificação são elementos masculinos. É, inclusive, em vista de estabelecer uma comparação dialética que Simmel se debruça sobre a questão das mulheres. Ou seja, como será visto à frente, Simmel entende que para entender melhor a cultura – que, para ele, é tipicamente masculina –, faz-se oportuna uma comparação com a mulher – enquanto, ainda a partir de seu entendimento, um ser não-cultural.

Tendo, portanto, destacado a sociologia simmeliana de forma sintética ao longo deste capítulo, faz-se necessário mergulhar no que seria, cientificamente, um de seus pontos fracos para, assim, elucidar a possibilidade de criticar e repensar os clássicos, alargando os horizontes do que comporia o âmago fundamental da Sociologia. Não há dúvidas, sobretudo depois deste capítulo, que a sociologia de Simmel é válida, atesta sua capacidade científica e carrega um valor significativo no tocante à análise acerca da modernidade e suas dinâmicas. Tudo isso, porém, aumenta o grau de exigência e rigor analíticos pelos quais devem passar também os seus trabalhos sobre a mulher, não apenas para obterem legitimidade sociológica, mas para que se verifique em que medida a metafísica simmeliana gera uma concepção equivocada de modernidade, uma vez que essas coisas – essas diferentes faces de sua obra – não são separadas, mas compõem a visão integral de Simmel.

Sociologia metafísica?

Em meio à gama quase inesgotável de temas tratados por Georg Simmel, encontra-se a temática da mulher. Simmel se ocupa desta temática não apenas

para compreender esse elemento em si, mas também para melhor perceber o que, para ele, seria o centro das ciências culturais: o homem.

Logo no primeiro parágrafo de seu ensaio chamado *Lo masculino y lo femenino: para una psicología de los sexos* (SIMMEL, 1934, 83-120), o autor inicia o texto explicitando a necessidade, em vista de se entender algum elemento, de se analisar *sua relação com outro elemento que, por sua vez, se define relativamente ao primeiro* (SIMMEL, 1934, p. 83, tradução nossa). Para ele, então, esse elemento de análise definido em relação ao outro é a mulher. A partir disso, Simmel mergulha em uma análise que busca colocar em diálogo aquilo que seria próprio do feminino com o que seria próprio do masculino.

O interesse por fazê-lo está em compreender melhor a cultura – que, para ele, era tipicamente masculina. Motivado por seu contexto histórico, marcado por profundas mudanças também nas relações de gênero a partir dos movimentos feministas, Simmel se debruça sobre a relação entre os sexos - e a suposta natureza de cada um - para verificar se a mulher seria capaz de objetificar a sua vida, produzindo cultura objetiva e, caso seja capaz, quais seriam as consequências disso para a vida social.

Socialmente, a partir da compreensão simmeliana, o homem dita as normas, os conceitos e os valores com os quais a humanidade se compreende e se comporta no mundo. Isso não se deu ao acaso, como observado por Theresa Wobbe, mas, ao contrário, como uma consequência da forma com que se deu a divisão do trabalho. Nas palavras dela: *uma vez que foram os homens quem participaram na expansão da divisão do trabalho, enquanto as mulheres permaneceram no âmbito doméstico, apenas o homem se envolveu no processo de racionalização e diferenciação funcional* (WOBBE, 2004, p. 62, tradução nossa). A mulher, dessa forma, vê suas atividades, seus valores e sua compreensão de mundo – enfim, se vê - definida a partir de conceitos e construções masculinas.

Uma vez que, a partir da divisão do trabalho, da ocupação masculina dos lugares sociais nos quais se pensa a realidade, a mulher é colocada sob um lugar de passividade e absorção do que lhe é alimentado pelo homem. Sua própria vida é limitada e restrita às expectativas que lhe são atribuídas. A ideia de mulher, portanto, *é formada pelos critérios dos homens* (SIMMEL, 1934, p. 88), impossibilitando-lhe que se expresse e pense a si mesma. Tal realidade, para Simmel, inviabiliza também ao homem uma compreensão pura acerca da mulher, pois ele apenas conseguiria analisá-la a partir de seus critérios masculinos.

Ilustrando essa questão, Simmel (1934) afirma que existe uma facilidade maior de se compreender um indivíduo masculino em relação a uma mulher específica, ao mesmo tempo em que seria mais fácil definir a mulher, enquanto categoria geral, do que o homem. Esse aspecto seria fruto do fato de que os *conceitos de nossa cultura, em virtude da prerrogativa dos homens, se orientam preferencialmente às tonalidades masculinas dos processos psicológicos* (SIMMEL, 1934, p. 113, tradução nossa). Ou seja, tendo o homem ocupado esse lugar social no qual as relações, conceitos, valores e cosmovisões são formados – ou, em outras palavras, tendo a cultura sido formada pelo homem e para o homem –, instaurou-se uma dificuldade, de fato, cultural de se pensar a mulher de forma diferente. A linguagem, por exemplo, seria marcada por esse obstáculo, como ilustra Simmel, em continuidade ao raciocínio anterior: *E ainda que o gênero mulher seja bastante importante para exigir que se elaborem conceitos capazes de determiná-lo com precisão, a formação do idioma não conseguiu adentrar nas qualidades particulares do sexo feminino* (SIMMEL, 1934, p. 113, tradução nossa).

Diante do que fora supracitado, poder-se-ia pensar, a princípio, que Simmel identifica em dinâmicas sociais históricas o motivo pelo qual a sociedade se organizou da forma que fez no tocante às diferenças sexuais. Em parte, de fato, isso é verdade – atestada, inclusive, pelos parágrafos acima. O problema, porém, é que o autor não se limita a essa sorte de explicação. Ao contrário, ele praticamente a abafa com outra linha de pensamento, definitivamente pouco sociológica. Pode-se dizer, então, de forma grosseira que, para Simmel, é possível identificar causas sociais para as diferenças e relações entre os sexos testemunhadas ao longo da história, mas essas causas seriam inevitáveis por conta da natureza própria do sexo masculino e do feminino. De outra forma: as evidências sociais seriam como os sintomas exteriores de uma realidade interior, natural, metafísica.

Seguindo esse raciocínio, entende-se que o homem não apenas formou e foi formado pela divisão do trabalho por motivos sociais, mas, na verdade, ele é formado e forma a divisão do trabalho por sua própria essência. Ou seja, para Simmel, o homem seria *mais receptivo a especialização de funções do que a mulher* (OAKES, 1984, p. 22, tradução nossa), evidenciando, portanto, uma *afinidade eletiva entre objetificação e masculinidade* (OAKES, 1984, p. 22, tradução nossa). Analisando apenas os escritos do próprio Simmel acerca das diferenças entre os sexos, percebe-se a impossibilidade de se chegar a diferentes conclusões, uma vez que seu raciocínio toma como premissa alguns elementos

como, por exemplo, a compreensão de que faz parte da própria essência masculina produzir cultura.

Para Simmel, segundo Oakes (1984), nem as ações nem os artefatos que expressam a experiência feminina podem ser considerados cultura feminina. Ou seja, ainda que a mulher manifeste exteriormente o que vivencia interiormente, isso não seria cultura feminina. Não existe, portanto, uma saída, uma possibilidade de enxergar na mulher um agente cultural – o que, como já fora visto acima, é justamente o que define o ser humano em relação aos animais ou outros seres vivos. E, de fato, Simmel nega de alguma forma a humanidade à mulher. Para ele, *todas as manifestações, todas as exteriorizações e objetificações* (SIMMEL, 1934, p. 112, tradução nossa) da mulher são apenas expressões femininas, e não humanas. E mais: de forma explícita, ele declara que *o sexo masculino não se limita a ocupar uma posição superior ao feminino; mais que isso, é o representante da humanidade em geral* (SIMMEL, 1934, p. 86, tradução nossa).

Em vista de justificar essas diferenças entre o homem e a mulher, Simmel (1934) chega, inclusive, a citar estudos anatômicos, que apontariam para uma maior compatibilidade entre crianças e mulheres do que entre crianças e homens. De alguma forma, portanto, isso apontaria para o fato de que os homens seriam mais desenvolvidos – mais diferenciados, especializados, lógicos, objetivos etc. Ou seja, as semelhanças supostamente encontradas entre as anatomias feminina e infantil seriam como provas, atestariam o motivo pelo qual a mulher experienciaria a vida diferentemente do homem, isto é, porque ela, assim como a criança, seria algo como um ser humano não totalmente desenvolvido.

Além dos argumentos baseados na anatomia feminina, Simmel também traz explicações de natureza essencial, no sentido metafísico. Fazendo um apanhado dos mais diversos argumentos simmelianos acerca das diferenças fundamentais entre homens e mulheres, Oakes (1984) identifica cinco dualismos recorrentes: *especialização e uniformidade; separação e integração; despersonalização e personalização; mediação e iminência; e tornar-se e ser* (OAKES, 1984, p. 23-25, tradução nossa). Todas as categorias referentes a um sentido de saída, aperfeiçoamento, processo etc. seriam atribuídas ao sexo masculino, enquanto as outras, ao feminino. Dessa forma, fica evidente que homem e mulher não constituem um mesmo ser, com o mesmo funcionamento cognitivo e social, diferenciando-se apenas por alguns elementos físicos e biológicos - como hormônios e órgãos sexuais, por exemplo. Ao contrário, são

vistos como duas realidades diametralmente opostas, e mais: definidas por sua própria natureza ou essência.

Os ensaios de Simmel acerca das diferenças sexuais ficam, portanto, amarrados, impossibilitados de transcender uma visão essencialista ou metafísica. Para ele, de forma simples, pode-se resumir a figura da mulher como um ser personalizado, definida por sua própria sexualidade e subjetividade. Para Simmel, a mulher tem seu agir e seu pensar definidos por sua própria subjetividade e personalidade, não conseguindo, portanto, distanciar-se de si mesma a partir do pensamento objetivo ou lógico. Dessa forma, a mulher é, por exemplo, incapaz de julgar moralmente a partir do direito objetivo. Tudo para ela estaria ligado ao seu sexo, *todo o conteúdo de sua vida* (SIMMEL, 1934, p. 87, tradução nossa), isto é, seu modo de pensar, de agir, de se expressar estariam diretamente ligados – submetidos - à sua subjetividade, ao seu ser mulher. A mulher é, portanto, o ser unitário por excelência.

Justificando tal concepção, Simmel (1934) chega a fazer uma analogia entre a mulher e o escravo, pois, assim como este *nunca pode esquecer que é escravo* (SIMMEL, 1934, p. 86, tradução nossa), a mulher não consegue, nunca, distanciar-se daquilo que ela é interna e subjetivamente, ao contrário do homem que desempenha diversas funções ou perde-se em pensamentos puramente objetivos e abstratos sem que sua masculinidade ou seus valores pessoais lhes interfiram. Por isso, isto é, por conseguir afastar-se do seu sexo, o homem seria capaz de atuar no muno objetivo, enquanto a mulher não.

Vale a pena ter esse argumento em mente quando, posteriormente, se for analisar a atuação da mulher no âmbito público da vida social a partir do feminismo para perceber que, ainda que ele veja mulheres contradizendo, na prática, sua visão essencialista, Simmel não as considera capazes de participar ativamente da criação e manutenção da cultura objetiva. Ou seja, já é possível vislumbrar a ausência da natureza sociológica na análise simmeliana sobre essa questão.

Voltando, porém, ao tema da afinidade eletiva entre o masculino e a objetificação – e, portanto, a especialização, a divisão do trabalho etc. – dada por razões essenciais, faz-se necessário destacar que Simmel encontra justamente nas diferenças entre homens e mulheres, a fundação sobre a qual se constrói a relação entre os sexos. Ainda que, por seu caráter fragmentado, individualizado, especializado e relacional, o homem precise juntar-se a outros homens para que se apoiem mutuamente, ele precisa também relacionar-se com a mulher por encontrar nela um refúgio de unidade e integração. Sendo assim,

o homem aplaca a sua sina fragmentada ao ligar-se ao seu extremo oposto, unitário por natureza: a mulher.

Sua visão negativa ou pessimista acerca dos movimentos feministas surgidos na modernidade repousa exatamente nessa compreensão. Uma vez que, como fora abordado anteriormente, o homem moderno se encontra cada vez mais marcado pela dessubjetificação, alienação e racionalização, torna-se igualmente urgente para ele estabelecer uma ligação com a mulher. Na medida em que cresce o mal-estar subjetivo, fruto da objetificação da cultura, cresce também a necessidade de aplacar essa fragmentação. Lhe foi tão urgente seu contato com a unidade e coesão subjetivas próprias do feminino.

De alguma forma, pode-se entender o posicionamento de Simmel acerca dessa temática a partir de uma ótica funcional. Ou seja, para ele, aplacar a desintegração subjetiva masculina é a própria função natural da mulher. De alguma forma, sua existência carrega essa incumbência, enquanto ao homem é própria a atuação na vida pública. Dessa forma, para Simmel, segundo Wobbe (2004, p. 64), a colaboração da mulher para a sociedade deveria restringir-se ao lar, onde ela garantiria as condições necessárias para o bem-estar do homem. A existência da mulher estaria, portanto, voltada para diminuir a complexidade da vida humana – leia-se: masculina.

O problema do feminismo, portanto, é que, ao trazer para as mulheres novas possibilidades de pensar-se, agir e colocar-se nas esferas, antes, exclusivamente masculinas, ele estaria contribuindo para *ampliar a complexidade da cultura objetiva, intensificando a fragmentação masculina ao invés de corrigi-la* (WOBBE, 2004, p. 64, tradução nossa). Tal processo, porém, traria consigo consequências catastróficas. Atestando essa afirmação, Theresa Wobbe atesta que Simmel classifica o rompimento das estruturas tradicionais referentes ao gênero como *a desestabilização do social* (WOBBE, 2004, p. 65, tradução nossa).

Ainda que não justifique a ausência de um caráter estritamente sociológico nessa leitura feita por Simmel, poder-se-ia interpretar a sua compreensão como fruto próprio de seu contexto histórico, ou seja, atribuir os limites de sua análise acerca da mulher à época e à cultura nas quais Simmel viveu. Evidentemente, ele foi atingido e influenciado pelo que era próprio de seu contexto, sobretudo porque não é possível que o contrário aconteça com absolutamente ninguém. Isso não corrobora, porém, com a ideia de que estaria aí a explicação dos limites de sua análise. Ao contrário, já existiam outros autores e autoras em seu mesmo contexto histórico que, ainda que carregando

limites próprios da época, traziam uma concepção sobre os sexos consideravelmente mais embasada em elementos e argumentações sociais.

De acordo com Oakes, existiam, na época de Simmel, três diferentes correntes ou formas consolidadas de se compreender o lugar da mulher em relação à cultura. São eles: *o modelo das esferas separadas; o modelo liberal; e o modelo socialista* (OAKES, 1984, p. 26-32, tradução nossa). Entre esses três, apenas o primeiro pensava a mulher como um ser dotado de uma natureza diferente da masculina. Simmel não era alheio à existência desses modos de pensar, ao contrário, ele as conhecia e discordava das três. Apesar do que se possa imaginar a princípio, Simmel não concordava com o modelo das esferas separadas – assim como com os outros dois modelos – por considerá-lo reducionista. Segundo Oakes, para Simmel *a experiência humana é definida e moldada por uma pluralidade de formas de vida que são independentes e irredutivelmente diferentes umas das outras* (OAKES, 1984, p. 34, tradução nossa).

A questão que aqui se faz relevante, porém, não é o fato de Simmel ter concordado ou não com certas correntes de pensamento de sua época, mas destacar que existia em seu contexto histórico-social a possibilidade de pensar a mulher a partir de categorias sociais, e não apenas metafísicas, projetando sobre ela ontologias apriorísticas, diametralmente opostas às características masculinas - o que, por sinal, convenientemente garantiria ao homem o lugar de primazia na vida social. Simmel era dotado, portanto, das condições psicossociais necessárias para analisar o problema da mulher a partir da mesma lente sociológica que o fez com a cultura. Faz-se oportuno, inclusive, trazer dois exemplos que ilustram essa possibilidade.

Em primeiro lugar, cabe destacar a figura de John Stuart Mill que, segundo Oakes (1984), desde o século XIX guardava forte influência no mundo ocidental - inclusive na Alemanha de Simmel - no tocante à questão da mulher. De acordo com seu modo de pensar, *as capacidades criativas naturais do homem e da mulher são as mesmas* (OAKES, 1984, p. 30-31, tradução nossa).

Além de Mill, é válido destacar também a figura de Marianne Weber. Para ela, a individuação da mulher era tão possível quanto a do homem, e mais: já na vida doméstica existiam elementos de diferenciação e racionalização estritamente modernos. Ainda que limitada em relação aos desenvolvimentos atuais sobre as questões de gênero, Weber identificou em elementos históricos - mais especificamente, na Reforma Protestante – um dos elementos geradores das transformações sociais referentes aos papéis sexuais. Ou seja, sua análise

não estava embasada em cosmovisões metafísicas sobre os sexos, mas sociológicas. Vale destacar que Weber não era apenas contemporânea, mas amiga de Simmel. Segundo Theresa Wobbe, Marianne Weber chegou, inclusive, a apresentá-lo uma crítica ao seu trabalho sobre a questão da mulher, propondo-lhe uma visão diferente. Ele, porém, *minimizou os pontos contestados* (WOBBE, 2004, p. 54, tradução nossa).

Parece razoável, portanto, entender a concepção simmeliana sobre a questão da mulher como um circuito fechado, no qual a análise está condicionada por premissas intransigentes, que não permitem elementos que possam contrariá-las, deturpando-os se necessário. O pior, porém, não está simplesmente na intransigência, mas na natureza não sociológica do argumento. Um exemplo claro disso é o fato de que, de acordo com Oakes (1984), para Simmel, ainda que a mulher expresse suas experiências interiores de forma objetiva, a partir de produtos originais de sua subjetividade, isso não se constituiria cultura pelo simples fato de que apenas o homem faz cultura.

A partir dessa noção apriorística sobre as naturezas masculina e feminina, Simmel parece destoar de sua própria teoria da cultura. Se a mulher é, de fato, incapaz de produzir cultura objetiva, restam duas possibilidades: ou a teoria da cultura simmeliana está errada ao afirmar que o ser humano *necessariamente realiza suas energias e interesses em formas qualificadas como mais-que-vida* (OAKES, 1984, p. 45, tradução nossa), ou a mulher não é um ser humano. Dessa forma, há uma incoerência interna entre as concepções simmelianas sobre a cultura e sobre as naturezas dos sexos. Em outras palavras, a concepção de Simmel sobre a relação entre cultura e a mulher é baseada em pressupostos ontológicos, que são profundamente inconsistentes com o que tem de mais fundamental em sua teoria da cultura.

O mais importante a se destacar neste trabalho, porém, não é a inconsistência interna, mas a incoerente ausência de uma concepção ou pressuposto sociológico acerca da temática em questão. Como evidencia Theresa Wobbe, Simmel *sucumbe a uma noção fundamentada metafisicamente do homem e da mulher* (WOBBE, 2004, p. 65, tradução nossa). Dessa forma, ilustra-se a urgência de não apenas dar-se conta das contribuições dos autores considerados clássicos, mas também de suas limitações para que, desmistificando suas áureas supostamente intocáveis, se possa abrir espaço para que outros autores e autoras não canônicos possam ser considerados igualmente fundamentais para o estabelecimento e manutenção da Sociologia.

Considerações Finais

Georg Simmel é, certamente, uma figura importante na história da Sociologia. Sua teoria da cultura guarda uma riqueza ímpar para o debate acerca da sociabilização, da modernidade e das transformações por ela provocadas. Sendo assim, certamente não se é comum questionar o seu status de clássico, isto é, sua presença no cânon da sociologia.

Tal realidade não significa, porém, que o autor seja perfeitamente consistente em toda a sua obra, e seus ensaios acerca das diferenciações e da relação entre os sexos atestam isso de forma clara. Em sua análise sobre as questões de gênero – que, em seu contexto, ainda não eram chamadas assim –, Simmel não tomou sequer a sua própria teoria da cultura como critério de análise, muito menos pressupostos sociológicos de outros autores. Ao contrário, sua abordagem partiu de uma premissa essencialista, apriorística e metafísica sobre o sexo feminino e masculino e, por conta disso, sua possibilidade de explicação ficou limitada a essa sorte de análise.

Em qualquer eventual vislumbre de que a mulher poderia estar participando, de fato e enquanto mulher, da objetificação da cultura, Simmel recorre a uma postura de descredibilização, seja afirmando que esse processo não constitui cultura, seja identificando nele apenas a reprodução da cultura masculina. Sendo assim, isto é, definindo a essência da mulher como um ser incapaz de se expressar objetivamente, Simmel se coloca em contradição com sua própria teoria uma vez que, a partir de sua compreensão da *relação entre vida e forma, apenas uma qualidade atemporal ou essencial pode ser atribuída à vida humana: a saber, a disposição de se expressar numa variedade de formas variáveis* (OAKES, 1984, p. 45, tradução nossa). Em outras palavras, a única ideia de essência compatível com a teoria simmeliana da cultura é a de uma essência tipicamente mutável, correspondente às suas circunstâncias sociais.

Diante da incapacidade de Simmel, enquanto um clássico da Sociologia, de pensar sociologicamente um fenômeno próprio da modernidade – as causas e consequências das transformações nas relações de gênero –, ilustra-se a possibilidade, e talvez a urgência, de repensar outros autores e autoras que não compõem o cânon sociológico como igualmente fundamentais para a formação e manutenção do âmago dessa ciência. Faz-se, portanto, necessário colocar luz sobre obras, talvez igualmente imponentes – e, quiçá, igualmente limitadas – para abrir os horizontes dos fundamentos da teoria social e, assim, enriquecer a própria produção sociológica. Não é o caso, porém, de substituir ou relevar os

clássicos, mas de reconhecer igual grandeza e potencial em outros autores e autoras certamente pouco reconhecidos por suas contribuições.

Referências

OAKES, Guy. **Georg Simmel: On Women, Sexuality, and Love**. New Haven, Yale University Press, 1984, p. 3-62.

SIMMEL, Georg. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 41-76.

SIMMEL, Georg. **Cultura Femenina y Otros Ensayos**. Madrid, Revista del Occidente, 1934, p. 83-120.

WOBBE, Theresa. Ellective affinities: Georg Simmel and Marianne Weber on gender and modernity. In: MARSHAL, Barbara; WITZ, Anne. **Engendering the social: feminist encounters with sociological theory**. Berkshire, Open University Press, 2004, p. 54-68.

The non-sociological face of a Sociology's founder: The limits of the Simmelian analysis on women

ABSTRACT

through a bibliographic review, this article aims to illustrate some contributions and limitations of Georg Simmel's work in order to contribute to the debate about the possibility – or necessity – of rethinking the sociological classics. Therefore, this work will be developed in two moments: first, a synthetic explanation of the Simmelian theory of culture, and, later, of his conception on the nature of the female and male sexes, showing its sociological inconsistencies and its internal incoherencies with his theory of culture, mentioned above.

Keywords: Georg Simmel; social theory; gender relations.